



MAI

MAI AMBIENTE

CONVITE

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

PROCEDIMENTO:	CONSULTA PRÉVIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 20º N.º ALÍNEA C) DO CCP
---------------	--

PREÇO BASE:	13 500€ (TREZE MIL E QUINHENTOS EUROS) PARA TRÊS ANOS
-------------	--

OBJETO CONTRATUAL:	INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DE CLIENTE (TRIÉNIO 2025/2027)
--------------------	--

Índice

Cláusula 1ª Objeto do contrato	3
Cláusula 2ª Preço Base	3
Cláusula 3ª Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)	3
Cláusula 4ª Entidade adjudicante	4
Cláusula 5ª O Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Cláusula 6ª Procedimento para a formação de contrato	4
Cláusula 7ª Critério de Adjudicação	4
Cláusula 8ª Elementos da proposta	5
Cláusula 9ª Documentos da proposta	5
Cláusula 10ª Prazo para apresentação da proposta	5
Cláusula 11ª Modo de apresentação da proposta	6
Cláusula 12ª Propostas variantes	6
Cláusula 13ª Prazo para manutenção das propostas	6
Cláusula 14ª Prazo para apresentação dos documentos de habilitação	6
Cláusula 15ª Prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação	7
Cláusula 16ª Prestação de caução	7
Cláusula 17ª Contrato escrito	8

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO [A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 57.º OU A SUBALÍNEA I) DA ALÍNEA B) E ALÍNEA C) DO N.º 3 DO ARTIGO 256.º -A, CONFORME APLICÁVEL]..... 9

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO [A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º]11

Tornando-se necessário proceder à aquisição dos serviços acima referidos, nos termos do caderno de encargos/especificações técnicas em anexo, foi pelo órgão competente formulada decisão de contratar, mediante deliberação oportunamente proferida nesse sentido.

Cláusula 1ª

Objeto do contrato

O presente Convite compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o “Inquérito de Avaliação de Satisfação de Cliente (Triénio 2025/2027)”, a realizar até ao primeiro trimestre do ano civil seguinte ao ano a inquirir.

Cláusula 2ª

Preço Base e Prazo

O preço máximo que a entidade pública adjudicante se dispõe a pagar é 13. 500,00€ (treze mil e quinhentos euros), 4. 500,00€ (quatro mil e quinhentos euros anuais). O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **um ano, renovável até três, com início a contar da data de celebração de contrato**, se nenhuma das Partes o denunciar com a antecedência de sessenta dias, por carta registada com aviso de receção

Cláusula 3ª

Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)

Código do CPV: “79311000-7 Serviços relacionados com Inquéritos”, do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de Novembro de 2007 e publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de Março de 2008

Cláusula 4ª

Entidade adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Maiambiente EM, com sede na Rua 05 de Outubro, n.º 359, 4475-302, Milheiros, Maia, com o telefone n.º 229 478 130, com o fax n.º 229 478 139 e com o endereço eletrónico daf@maiambiente.pt.

Cláusula 5ª

O Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração em reunião ordinária de **09/01/2025**.

Cláusula 6ª

Procedimento para a formação de contrato

Consulta Prévia– Artigo 20º, n.º1, alínea c) do CCP.

Cláusula 7ª

Critério de Adjudicação

- a) A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade prevista na alínea b) do n.º1 do Artigo 74º do CCP: “Monofator”, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.
- b) As propostas serão hierarquizadas de forma decrescente, sendo a melhor proposta aquela que apresentar maior pontuação de acordo com o disposto no número anterior.
- c) No caso da existência de dois ou mais concorrentes que apresentem a mesma pontuação final, e uma vez que é adotada a modalidade monofator, para efeitos de desempate das propostas, recorrer-se-á ao sorteio a realizar, convocando-se todos os concorrentes.
- d) As pontuações serão apresentadas com arredondamentos a duas casas decimais.

Cláusula 8ª

Elementos da proposta

A proposta deve indicar os seguintes elementos:

- e) Objeto da prestação de serviços de acordo com as especificações técnicas;
- f) Preço total e condições de pagamento;
- g) Prazo de entrega/execução;
- h) Outros elementos (validade da proposta, despesas incluídas, descontos, etc.)

Cláusula 9ª

Documentos da proposta

- 1- Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos/especificações técnicas, elaborada em conformidade com o modelo Anexo I;
- 2- Proposta de preço em conformidade com modelo Anexo III;
- 3- Proposta Técnica;
- 4- Declaração sob compromisso de honra relativa ao impedimento previsto no n.º 6 do artigo 113.º e no n.º 2 do artigo 114.º do CCP, conforme modelo Anexo ao presente convite;
- 5- Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interessa e que não estejam em contradição com o estipulado no processo de concurso.
- 6- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Cláusula 10ª

Prazo para apresentação da proposta

5 (cinco) dias até às 18:00 horas (prazo contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados).

Cláusula 11ª

Modo de apresentação da proposta

A proposta deve ser apresentada na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt> e assinada eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Cláusula 12ª

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 13ª

Prazo para manutenção das propostas

66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

Cláusula 14ª

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

5 dias após a notificação de adjudicação.

Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, no prazo de **5 dias**, são os seguintes:

- a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
- b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- f) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo.

Cláusula 15ª

Prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação

5 dias após a correspondente notificação.

Cláusula 16ª

Prestação de caução

Não exigível nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP, por se tratar de valor inferior a 500.000,00€.

Cláusula 17ª

Contrato escrito

Redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos e os protestos da mais elevada estima e consideração.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(Dra. Marta Moreira de Sá Peneda)



MAIA

MAIA AMBIENTE

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

- 1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ **(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)**, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... **(designação ou referência ao procedimento em causa)** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo–quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que **a sua representada** ² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ³:
 - a) ...
 - b) ...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º



MAIA

MAIA AMBIENTE

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura].¹

¹ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

- 1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
 - 2- O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 - 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à
 - 4- entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- [... (local),... (data),... [assinatura ⁵].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo da proposta de preço

PROPOSTA DE PREÇO

... (*indicar denominação ou firma e sede*), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do -----e de todas as condições estabelecidas no respetivo Convite e Caderno de Encargos, propõe-se executar todos os trabalhos que constituem o objeto do procedimento pelo preço total de ... € (*em algarismos e por extenso*).

À quantia supra acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do Contrato, ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (data)

... (assinatura)

ANEXO IV

Modelo de declaração entidades especialmente relacionadas entre si

1 – ... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 2 do art.º 114.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea a) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, ...(local),... (data),... [assinatura(4)]. (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

... (data)

... (assinatura)